MOÇÃO Nº 134/17

Moção de Pesar pelo falecimento do ex-deputado Pedro Irujo.

O vereador que esta subscreve, cumpridas as formalidades regimentais, requer que seja inserida na Ata dos trabalhos desta Câmara Municipal, que se digne fazer inserir na ara dos seus trabalhos esta MOÇÃO de pesar pelo falecimento do ex deputado Pedro Irujo que faleceu nesta sexta-feira (15).

JUSTIFICATIVA

Pedro Irujo Yaniz nasceu em Pamplona, na Espanha, no dia 29 de junho de 1930, filho de Bruno Irujo e de Felisa Yaniz.

Fez o curso secundário na cidade natal, mudando-se para o Uruguai em 1950. Conheceu o Brasil em viagens ocasionais, até transferir-se para São Paulo, em 1956, e para Salvador, em 1963, onde se tornou sócio proprietário e presidente da Breda Turismo (1963-1966), da Nordeste Transportes Especializados Ltda. (1966), da Stella Azurra S.A. (1973), da TV Itapoã, repetidora do Sistema Brasileiro de Televisão, em Salvador, e da Rádio Sociedade da Bahia S.A. (1980), e da Polystar Indústria e Comércio de Produtos Sintéticos Ltda. (1985-1987).

Iniciou a vida política em 1980 e foi delegado nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1987-1990). Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Manufaturados de Sisal (1989) e conselheiro da Associação Comercial da Bahia (1990-1994), elegeu-se deputado federal no pleito de outubro de 1990 pela legenda do Partido de Renovação Nacional, a mesma sob a qual Fernando Collor de Melo conquistou a presidência da República. Empossado em fevereiro de 1991, foi titular da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior e de duas comissões mistas especiais — a que debateu a política de incentivos fiscais regionais e a que tratou de planos, orçamentos públicos e fiscalização.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 29 de setembro de 1992 votou a favor da abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor, acusado de crime de responsabilidade por ligações com um esquema de corrupção liderado pelo ex-tesoureiro de sua campanha presidencial Paulo César Farias. Afastado da presidência logo após a votação na Câmara, Collor renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992, pouco antes da conclusão do processo pelo Senado Federal, sendo efetivado na presidência da República o vice Itamar Franco, que já vinha exercendo o cargo interinamente desde o dia 2 de outubro.

Irujo retornou ao PMDB em outubro de 1992, candidatando-se sem sucesso à prefeitura de Salvador. De volta ao Legislativo foi titular das comissões de Desenvolvimento Urbano e Interior, Viação e Transportes, e da comissão especial que discutiu a política nacional de habitação. Contrário ao voto

obrigatório e à instituição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), votou a favor do Fundo Social de Emergência (FSE).

Pedro Irujo reelegeu-se em outubro de 1994, tornando-se vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, titular das comissões especiais sobre os serviços de telecomunicações e sobre a criação de novos municípios, e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Representou a Câmara dos Deputados na XII Feira Internacional de Maquinário Têxtil, realizada em Milão, na Itália.

Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995 votou a favor da quebra do monopólio estatal nos setores de telecomunicações, exploração de petróleo, distribuição de gás canalizado e navegação de cabotagem; da mudança do conceito de empresa nacional; da prorrogação por 18 meses do FSE, rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permitia ao governo gastar até 20% da arrecadação vinculada às áreas de saúde e de educação.

Em junho de 1996, votou contra a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), fonte suplementar de recursos destinados à saúde.

Em janeiro/fevereiro de 1997, votou a favor da emenda que previa a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos sem necessidade de desincompatibilização. E em novembro, pela quebra da estabilidade do servidor público, item da reforma administrativa. Foi titular das comissões especiais que discutiram a proposta de redução da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, a nova Lei das Telecomunicações e as eleições de 1998.

Terceiro vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em outubro de 1998 Pedro Irujo conquistou o terceiro mandato de deputado federal, sempre pelo PMDB. Em novembro votou a favor do teto de 1.200 reais, para aposentadorias no setor público, e dos critérios de idade e tempo de contribuição mínimos, para os trabalhadores do setor privado, itens fundamentais para a definição da reforma da previdência. Assumiu a cadeira em fevereiro de 1999.

Transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL) em 2000, e nesta legenda reelegeu-se para a Câmara Federal, pela Bahia, nas eleições de 2002. No ano seguinte, deixou o PFL, ingressando no Partido Liberal (PL), de onde sairia em 2005. Após ficar um período sem legenda, retornou ainda este ano para o PMDB. Ao longo desta legislatura (2003-2007) atuou como titular das Comissões Permanentes de Desenvolvimento Urbano e Interior, e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da qual foi também Terceiro Vice-Presidente.

Em março de 2007, decidiu aposentar-se da vida parlamentar. Casado com Irene Rodrigues Irujo, teve dois filhos. Um deles, Luís Pedro Irujo, foi deputado estadual (1987-1991).

Dê-se conhecimento desta Moção de aos seus filhos, netos e familiares.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2017.
TIAGO CORREIA